

MIGRAÇÃO CAMPO CIDADE: TRAJETÓRIAS DE VIDA, TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES

Marisa Hartwig – UFSC
marisahartwig@hotmail.com

Eixo 1: Contradições e perspectivas da globalização na educação dos trabalhadores

Resumo: O presente artigo trata do movimento migratório campo cidade de jovens trabalhadores, suas trajetórias de vida, trabalho e educação. Os problemas sociais configurados nesse fenômeno têm desafiado intelectuais, estudiosos, governantes, políticos e movimentos sociais em todo o território nacional. Aparentemente, a população rural migra em busca de melhor qualidade de vida, ou seja, trabalho, educação, saúde e lazer. As condições adversas dos centros urbanos se configuram em espaços de esperança em meio ao processo de favelização e desemprego. Esse movimento permeia as formas de produção e reprodução da vida dos trabalhadores migrantes, em meio às condições mais adversas impostas pelo movimento do capital, que expulsa famílias inteiras numa lógica de subordinação e ampliação do sistema capitalista de produção.

Palavras-chave: migração; trajetórias de vida; trabalho; escolarização de jovens.

Em busca de um novo emprego, melhores salários, estudos e qualidade de vida, muitos brasileiros migram de um lugar para outro na tentativa de alterar suas vidas. Nos últimos 50 anos, o êxodo rural cresceu 45,3% no Brasil. Atualmente, a migração urbana também tem aumentado, mas não supera a evasão do campo.

Há vários fatores que explicam o êxodo rural no Brasil, o qual vem ocorrendo com maior ou menor intensidade, sobretudo desde o final da década de 1950. O fato é que a chamada modernização do campo brasileiro foi realizada com base em um modelo concentrador de renda. Tal processo, ao mesmo tempo em que eleva a produtividade, inviabiliza as pequenas e médias propriedades rurais. Portanto, o êxodo rural configura, nesse sentido, a impossibilidade de um contingente significativo de pessoas de produzirem sua existência, seja como trabalhadores autônomos em suas terras, seja como assalariados.

O movimento de migração campo-cidade teve seu ápice na década de 1980: enquanto no período entre 1981 e 1992 a população brasileira crescia a taxas de 1,8% ao ano, a população do meio rural regredia a 0,7% ao ano.

Estudos realizados no Brasil e América Latina por Abramovay e Camarano (1999) chamam especial atenção para esse movimento. Segundo os pesquisadores, são

jovens os que mais deixam o meio rural, principalmente as mulheres¹, que também atingem maior índice de escolarização e qualificação para entrar no mercado de trabalho.

Desse modo, a população do campo torna-se cada vez mais composta por homens ou, tal como dizem masculinizada. Para os autores, esse fenômeno acaba gerando uma desproporção entre o número da população de jovens masculinos e femininos residentes no espaço rural. Por conseguinte, o processo migratório dá indícios de um suposto envelhecimento da população rural que afeta a todos os países da América Latina.

As alterações nas formas de produção da riqueza material no campo e na cidade evidenciam condições adversas para os trabalhadores e denota que a saída que o jovem tem buscado é alongar a escolarização em busca de uma suposta qualificação para o trabalho, quando o que se constata concretamente na realidade é que não há trabalho.

A exploração capitalista intensiva e extensiva da força de trabalho tem como uma de suas consequências o desemprego. A imobilização de uma parcela significativa da classe trabalhadora, então substituída por máquinas no meio rural ou urbano, configura um movimento de *ampliação do trabalho, mas não do assalariamento* (Oliveira, 2003). Nos dias atuais, o emprego fixo escasseia. Para a maioria, resta o trabalho temporário, quando resta. Não é por acaso que pensadores como Habermas (1994) e Offe (1994) afirmam a não centralidade do trabalho como critério de produção da existência humana.

Entretanto, coube ao século XVIII evidenciar que o homem é fruto do seu próprio trabalho, ainda que realizado para o outro, o capitalista. Nessa época, camponeses vão sendo separados dos meios necessários à produção de sua existência; da terra. A concentração dos meios de produção nas cidades, aliada à impossibilidade de os homens continuarem a viver por meio do trabalho realizado para si mesmos, constitui condição histórica para o êxodo rural, como hoje. Assim, trabalhadores expulsos do campo são compelidos ao assalariamento. O capital, nesse tempo, por meio da compra

¹ LISBOA (2007) faz uma discussão sobre os fluxos migratórios de mulheres que deixam os países periféricos movendo-se em direção aos países de Primeiro Mundo para trabalhar como empregadas domésticas. Ocorre nesse processo uma verdadeira globalização da assistência, formando-se inclusive cadeias entre mulheres de diferentes nações, classes e etnias. As principais causas das migrações segundo a autora estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho e estudo e conquista da independência em relação à opressão e à violência.

da força de trabalho, submete todos os membros da família do trabalhador, inclusive as crianças, recrutados para trabalharem na grande indústria.

O movimento de migração campo-cidade implica no deslocamento de famílias de agricultores e principalmente os jovens para os centros urbanos, atualmente. No entanto, tais trabalhadores não são absorvidos pelo mundo do trabalho na mesma proporção em que são expulsos do campo. Um estudo do Ipea (1999) mostra que as mulheres são maioria entre os que deixam o campo. Enquanto nas cidades elas representam 51,5% da população, no campo elas constituem 47,6%. Esse fenômeno ocorre, segundo o Ipea, porque as mulheres jovens encontram empregos mais facilmente nas cidades, tanto em empresas como em residências.

Desse modo, o campo parece ter se tornado um território onde definha o trabalho vivo, como na cidade. No entanto, os centros urbanos continuam atraindo trabalhadores rurais. Isso significa dizer que praticamente não há mais campo, pelo menos para um contingente que nele sobrevivia do trabalho. Por conseguinte, a migração rural tem sido uma resposta às dificuldades de as pessoas produzirem sua existência material no campo.

A eliminação progressiva da pequena propriedade na estrutura fundiária brasileira, verificada especialmente a partir dos anos 1960, contribuiu para formação dos grandes centros urbanos por meio do que se convencionou chamar de êxodo rural. Conforme o censo demográfico de 2000, 81,22% da população brasileira reside na zona urbana. Esse processo de concentração populacional tem suas raízes nos anos de 1960 e 1970: De acordo com os censos do IBGE, na década de 1930 cerca de 13 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade; nos dez anos seguintes, esse número se elevou para 15,5 milhões. Tudo indica que desde 1970, quando a população rural passou a ser minoritária, até os dias de hoje, mais de 40 milhões de brasileiros migraram do campo para a zona urbana (GONÇALVES, 2001, p. 174).

A negação do trabalho agrícola reflete limites do social e, nesse sentido, é um fenômeno histórico: provém das relações sociais modernas que negam e que afirmam o trabalho a um só tempo.

O incessante movimento do capital em busca de sua auto-valorização produz uma massa de trabalhadores sem trabalho, de miseráveis que precisam migrar de um lado para o outro. No mundo atual, quando milhares de homens são liberados do

trabalho, faz lembrar aquilo que Marx (1988) denomina de “exército industrial de reserva”². Segundo Iamamoto (2007),

Nesses tempos orquestrados pelo grande capital financeiro, a generalização de seus fetichismos alastra-se em todos os poros da vida social: impregna a sociabilidade e impulsiona um profundo desmonte das conquistas civilizatórias dos trabalhadores. A fetichização das relações sociais alcança o seu ápice sob a hegemonia do *capital que rende juros* – denominado por Marx de *capital fetiche* – e obscurece o universo dos trabalhadores que produzem a riqueza e vivenciam a alienação como destituição, sofrimento e rebeldia (Iamamoto, 2007, pg.118).

O fenômeno migração campo-cidade no Brasil tem sido objeto de estudos. Porém, a maioria deles, apesar de suas especificidades, possui uma mesma concepção, segundo a qual é necessário identificar as causas gerais que engendram o movimento. Tal procedimento, embora necessário, parece insuficiente para explicar a condição histórica que transforma seres humanos em migrantes, neste caso, do campo para a cidade.

Diante das evidências acima esta pesquisa, de caráter qualitativo, propõe-se a investigar porque os jovens migram e como a escolarização e a qualificação para o trabalho influenciam ou não no processo migratório para os centros urbanos. Tem como ponto de partida, o pressuposto de que a produção da existência se dá em um campo de forças em luta, ou seja, uma questão social produzida pelo sistema capitalista que perpassa a totalidade histórica hegemônica produzida socialmente. Essa formulação implica afirmar que o migrante brasileiro é resultado de certas condições históricas.

De acordo com os censos demográficos realizados pelo IBGE em 1970, 1980, 1991 e 2000, a população rural de Santa Catarina vem decrescendo nos últimos trinta anos, em termos relativos e absolutos.

Em 1970 a população rural representava 57%, portanto mais da metade do total de habitantes do Estado, que era de 2.901.660. Em 2000, a população rural caiu para aproximadamente um quinto – 21,3% da população total, ou seja, para 1.138.429,

² [...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criador e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (Marx, 1988, pg.733-734).

enquanto que a população urbana aumentou para 4.217.931. O esvaziamento populacional do território rural não é um fenômeno exclusivo do Brasil ou do Estado Catarinense. De uma ou de outra maneira, está ou esteve presente em praticamente todos os países. Da mesma forma, com maior ou menor intensidade, seus efeitos sobre as comunidades rurais atingem todos os estados brasileiros.

As consequências sociais decorrentes dos processos migratórios campo-cidade são inquestionáveis quando se observa, dentre outros, a favelização dos centros urbanos e, em contrapartida, o esvaziamento do meio rural.

Esse processo denota o movimento do capital na sua fase de ampliação, pois recruta homens e mulheres para atender as suas necessidades de valorização e regurgita os trabalhadores na sua concentração, expulsando os do campo por não conseguirem produzir sua vida individualmente, o homem vai sendo separado de viver nas formas passadas e migra em busca de continuar a produção de sua vida e de sua família, o capital joga os trabalhadores de um lado para outro incessantemente como expressão do movimento geral, essa é a lógica, relações humanas em movimento num contingente de nômades que vagueiam pelo mundo Marx (1985).

Em abril de 2007, pela primeira vez na história, a população urbana ultrapassa a rural em níveis mundiais, de acordo com Anna Tibaijuka, diretora executiva do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, UN-Habitat³.

Em 2030, segundo previsão de Jorge Gravidia, dois terços da população mundial viverão em centros urbanos. Para o diretor do escritório regional do UN-Habitat para América Latina e Caribe, o impacto do crescimento das cidades em todo

o mundo já passou nesse momento a marca de 50% de pessoas que moram na cidade. Na América Latina, 75% das pessoas moram em cidades. Os problemas gerados são a falta de planejamento dessas cidades, que se refletem em uma demanda não satisfeita por serviços básicos: água, esgotos e lixo. No caso da América Latina, agora o problema central é a regularização das propriedades e o serviço de estrutura das cidades (GRAVIDIA, 2007)

De acordo com dados de pesquisa realizada na Grande Florianópolis (2006), os migrantes sobrevivem em áreas chamadas *carentes*. Esse estudo constatou que os

³ http://amicor_preserve.blogspot.com/2007/04/pela-primeira-vez-populao-urbana-supera.html. Acesso em: 15/10/2012.

municípios que mais contribuíram com a migração de famílias de agricultores foram os do Oeste Catarinense e os do Planalto (Casagrande, 2006).

Os problemas sociais configurados nesse fenômeno têm desafiado intelectuais, estudiosos, governantes, políticos e movimentos sociais em todo o território nacional. Todos, indistintamente, propõem solução para o que julgam ser um problema: a transformação de seres humanos em nômades que vagueiam em busca de trabalho. Afinal, a migração ocorre em meio a uma produção de riqueza no campo brasileiro jamais vista antes. Por conseguinte, aparece a indagação: por que os indivíduos migram? Não há terra suficiente para os trabalhadores agrícolas? O assalariamento ainda não chegou ao campo? Será que a tecnologia utilizada na agricultura é responsável pelo desemprego? Falta qualificação educacional aos trabalhadores do campo? A agroindústria catarinense exige níveis altos de escolarização? Quais forças provocam o desenraizamento do homem do campo em direção à cidade?

Aparentemente, a população rural migra em busca de melhor qualidade de vida, ou seja, trabalho, educação, saúde e lazer. No entanto, as cidades também não comportam essa demanda e os migrantes rurais geralmente são deslocados para as regiões periféricas das cidades, que não atendem suas expectativas e necessidades. Logo produzir a vida na cidade, assim como no campo perpassa por questões determinadas historicamente, que independem de soluções individuais, pois estão imbricadas nas relações sociais.

Assim, os filhos de agricultores que alongam a escolarização vivem sob o mesmo dilema da população jovem do espaço urbano, em se qualificar para conseguir trabalho, num momento em que vivemos o desemprego e o acirramento da precarização total do trabalho, seja no campo ou na cidade. Portanto, trata-se de um problema estrutural da sociedade capitalista que cria a necessidade de qualificação quando não há trabalho, visto que o capital tem que ativar constantemente os mecanismos que o sustentam, não importa se o trabalhador fizer uso da qualificação ou não, importa que tenha qualificação.

De maneira geral, existe um razoável acervo de conhecimentos sobre a evolução e a tendência dos fluxos migratórios, bem como sobre as causas que determinam a saída de pessoas do meio rural. Entretanto, quando o foco é o migrante que saiu do campo e

que ocupa atualmente a periferia de centros urbanos, são poucos os trabalhos que tratam dessa questão.

Nesse sentido, há necessidade de estudos sobre o processo de mudanças na educação e as formas de produção da vida na atualidade, tendo em vista a educação nos processos migratórios que implicam em interrupções, abandonos, mudança escolar dos filhos, a necessidade de investigar as alternativas hoje postas de reprodução da vida e as dificuldades crescentes de sobrevivência de grande parcela da população.

Reside aí, na essência, a principal finalidade da presente pesquisa, ou seja, o de evidenciar quem é o migrante campo-cidade, esse personagem social pouco estudado. Como vive? Como produzem sua existência? E como a escolarização/ qualificação são elementos que estão presentes no processo migratório.

Movimento campo cidade: desemprego ou espaço de esperança para os jovens?

Entendemos o movimento migratório, a organização dos espaços das cidades, assim como o problema do desemprego como temas centrais na sociedade atual. Estudos realizados por Marx (1983, 1986), Hobsbawm (1982), Oliveira (2003), Mészáros (2002, 2005) Mike Davis (2006) e Harvey (2006) entre outros, servem de fundamentação da problemática que se apresenta.

Nesse sentido, Davis (2006) contribui com numa pesquisa minuciosa sobre o processo de favelização que está ocorrendo aceleradamente por todas as partes, o que é expressão o Brasil do mesmo modo Florianópolis, SC. Segundo Davis 78,2% das populações dos países pobres é de favelados (p.34). Com o processo do neoliberalismo a partir da década de 1980 este processo ganhou livre curso, houve uma privatização de quase tudo, uma acumulação de bens e serviços em poucas mãos de tal monta que desestabilizou socialmente os países periféricos e lançou milhões e milhões de pessoas na pura informalidade.

Para o sistema eles são "zeros econômicos", "massa supérflua" que sequer merece entrar no exército de reserva do capital. Essa exclusão se expressa pela favelização que ocorre no planeta inteiro na proporção de 25 milhões de pessoas por ano. Junto com a favela vem toda a corte de perversidades sob formas inimagináveis de degradação do ser humano.

Assim, os homens migram em busca de produzir sua existência, na luta pela sobrevivência diária e se deslocam em espaços de esperança como coloca Harvey (2006),

Imaginemos que somos arquitetos, todos dotados de uma ampla gama de potencialidades e capacidades inseridas num mundo físico e social pleno de restrições e limitações manifestas. Imaginamos ainda que estamos nos empenhando em transformar o mundo, na qualidade de habilidosos arquitetos inclinados à rebeldia temos de pensar estratégias e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar e com que ferramentas. Porém também temos de continuar de alguma maneira a viver neste mundo. Temos aqui o dilema fundamental que se acha diante de todo aquele que se interessa por mudança. Em que tipo de mundo estamos inseridos? (HARVEY, 2006, p. 305).

A partir desse contexto, entendemos campo e cidade com espaços de esperança que se contém, como espaços contraditórios em que o prognóstico para as cidades nos próximos anos é de um aumento desastroso da pobreza, num aumento cada vez maior do número de favelas ao mesmo tempo em que temos cada vez mais o aumento das riquezas produzidas e a falta de trabalho, o que se constitui num paradoxo.

Altos índices de desemprego assolam todas as camadas sociais e a precarização total do trabalho, contraditoriamente o capital se reproduz através do trabalho, e na constante busca de valorização cria alternativas nas formas mais perversas para os trabalhadores, que se constituem em trabalhos temporários, parciais, abolição dos direitos trabalhistas, entre outros.

Ao mesmo tempo, para amenizar as discrepâncias o capital cria o que Mészáros (2002) chama de estratégias defensivas: as políticas públicas, o seguro desemprego, o fome zero, entre outras políticas que só servem para amenizar as contradições, não chegam a raiz do problema.

Nesse contexto, situamos o problema do desemprego como um problema da sociedade atual que aflige a todos, tanto a população do campo como das cidades, como um problema social universal produzido pelas relações sociais capitalistas, que impossibilita muitos trabalhadores de produzirem a vida nesta sociedade.

A situação do desemprego, no mundo, é alarmante. Em todo o planeta, o mercado de trabalho passa por profundas transformações muitas delas traumáticas causadas pelo movimento do capital na sua forma atual impelido pela globalização e pelo fantástico progresso tecnológico dos últimos 20 anos.

Oliveira (2006) coloca como uma tendência para o desenvolvimento do capital, informalizar o trabalho com a substituição do emprego pela ocupação, ou seja, a desconstrução da relação salarial como um movimento da mundialização do capital para ampliar a forma de extração de trabalho abstrato.

Para Pochmann (2000), existem dois grandes e importantes movimentos que o autor considera os vilões do desemprego. Em primeiro lugar, considera que houve uma nova divisão internacional do trabalho, que exige mais capacitação favorecendo mais a gestão do que a execução no trabalho, e segundo, as grandes decisões, o pessoal estratégico, de pesquisa, esta nas matrizes nos países desenvolvidos, que montam as fábricas para o pessoal operacional em países com força de trabalho mais barata. Segundo autor é a lógica da globalização.

Hoje, quem está desempregado não é mais necessariamente a pessoa com baixa escolaridade, e, com isso, não há mais segmento social imune ao desemprego. O desemprego afeta pessoas de todas as idades e escolaridades. Um diploma seja ele de curso médio, técnico ou superior, não é atualmente garantia de emprego. Cresce cada vez mais o número de pessoas qualificadas em busca de uma vaga no mercado de trabalho. Jovens recém-formados encontram-se em situação ainda pior.

Portanto, o desemprego não é fruto da falta de escolaridade⁴. Segundo Pochmann (2000), isso não acontece por uma necessidade específica de qualificação e sim como uma estratégia de recrutamento. Como o desemprego é grande, um simples anúncio atrai milhares de candidatos. Para simplificar o recrutamento, a empresa aumenta as exigências de qualificação, até para cargos pouco complexos.

É um fenômeno que atinge todos os países com oferta abundante de força de trabalho. Hoje, um office-boy em São Paulo deve ter, no mínimo, segundo grau completo. Não que o diploma de nível médio seja importante para exercer suas funções, mas porque tem até candidato universitário disputando a vaga.

⁴ Segundo Pochmann (2000) essa tese se generalizou a partir da constatação da realidade dos países desenvolvidos. Não serve para os brasileiros, nem para os países latino-americanos e africanos. Nessas regiões, os postos de trabalho disponíveis, de maior demanda, são os mais simples. Nos anos 90, as ocupações que mais cresceram no país foram as de empregada doméstica, vendedor ambulante, profissionais de limpeza e, por último, as de segurança. Não foram as atividades que demandam mais capacitação, como muitos apregoam.

Para Mészáros (2002) o emprego e desemprego são uma simbiose (benéficos recíprocos) na medida em que o desemprego já está instituído quando se institui o emprego, as leis trabalhistas já na década de 1930 impõem restrições a força de trabalho estrangeira, e que atualmente se constituem na substituição da força de trabalho por máquinas. Aparentemente as tecnologias desempregam, no entanto, o desemprego não é resultado das tecnologias, mas da relação social que estabelece com o capital. O desemprego é necessário para o capital, e permite flexibilizar as relações de trabalho em virtude do imenso arsenal de reserva disponível, onde o desemprego é a regra.

Diante desse processo de intensas mudanças tanto na organização como na forma que o trabalho assume na sociedade atual, expressa a necessidade do movimento voraz do capital na constante busca de sua valorização, ou seja, a manutenção do modo capitalista de produção.

Francisco de Oliveira (2006) diz que o trabalho nas formas de terceirização, de trabalho precário hoje, é imprescindível para o capital, o autor enfatiza como uma mudança radical na determinação do capital variável, em que o pagamento dos trabalhadores não será mais um adiantamento do capital, mas dependerá dos resultados das vendas dos produtos-mercadorias, sendo que a precarização do trabalho transmuta para que todo o tempo de trabalho passe a tempo de produção.

Nesse contexto, o capital ativa seus aparatos em busca da manutenção, quando institui que o desemprego está relacionado com a falta de qualificação e escolarização dos trabalhadores, como se a educação pudesse dar respostas ao desemprego, que é um problema social que é um aparato do próprio Estado.

Desse modo, o alongamento da escolarização se processa como solução aparente, não que haja necessariamente trabalho para os escolarizados, que é o que observamos hoje, mas, de fato, o que se constata é que a educação se transformou numa mercadoria qualquer, que precisa produzir (qualificar), mesmo que seja para formar um exército de escolarizados "sobrantes".

O alongamento da escolarização é um movimento mundial, e contribui para o estacionamento de desempregados num momento em que o trabalho se constitui a partir do avanço da precarização total do trabalho, contribuindo para expansão do exército industrial de reserva e não resolve nem os problemas do campo nem cidade.

Desse modo, torna-se cada vez maior a contradição entre o trabalho como meio de satisfação das necessidades sociais coletivas e meio de subsistência individual, o que faz crescer os requisitos de qualificação para o trabalho, quando, na verdade, a qualificação não é certeza de alguma atividade laboral, pois a maior parte dos postos de trabalho que se abrem não requer qualificação para a sua execução.

Esse é o movimento que se processa nas formas de produção e reprodução da vida dos trabalhadores migrantes, em meio as condições mais adversas impostas pelo movimento do capital, que expulsa famílias inteiras como seres errantes na face da terra.

Assim, trajetórias de trabalho podem são entendidas como percursos de trabalho na produção da vida material, resultado de ações e práticas desenvolvidas pelas pessoas em situações específicas através do tempo. Portanto, apreender as trajetórias de trabalho, sua constituição, em situações singulares da migração dos jovens rurais, ou, de acordo com compreensão de Kofes, que entende trajetórias como “o processo de configuração de uma experiência social singular” (2001, p. 27), resulta em algo de fundamental importância.

Autores como Bosi(1987), Ferreira (2004), Aued (2006) e Kofes (2001), servirão de base para o estudo metodológico da trajetória dos jovens migrantes rurais. As obras evidenciam as conexões entre o contexto social e a trajetória individual. Ou seja, ao focalizar a singularidade de uma trajetória, várias relações vêm à tona, o que, na consideração de Bosi, reforça a idéia que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado” (1987, p.17).

Para tanto, entendemos ser relevante a metodologia de pesquisa que compõe trajetórias e histórias de vida, pois essa ferramenta consiste, segundo Aued, “fazer o entrevistado rememorar os episódios de sua vida e dar-lhes uma interpretação. Ela contribui para inscrevê-lo numa determinada temporalidade, articulando passado, presente e futuro. Ou seja, a pesquisa insere o narrador numa história que tem sentido” (2006, p. 50).

Além da relevância do tema, a presente pesquisa visa a contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o processo migratório entendido como movimento resultante da contradição social capitalista que afirma e que nega o trabalho de distintos modos.

Referências

AGUIAR, Fábio Luiz de. **Juventudes de um Rural Catarinense**: Trajetórias Cotidianas no Contexto da Agricultura Familiar. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2006.

ALVES, E. **O esvaziamento dos campos**. Globo Rural, v.16, n. 181, nov. 2000.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Mulheres migrantes no passado e no presente**: gênero, redes sociais e migração internacional. Revista Estudos Feministas, Nº. 15 Vol. 3. Setembro-dezembro/CFH- CCE, UFSC, 2007.

AUED, Bernadete Wrublevski. **Retratos do MST**: ligas camponesas e movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Editora cidade futura, Florianópolis, Santa Catarina, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. 2º ed. São Paulo: Quatro: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, 1993.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CASAGRANDE, W. A. **Causas da migração rural urbana na região da Grande Florianópolis. Relatório de pesquisa - Síntese regional**. Florianópolis: Epagri - Cepa, 2006.

CASTRO, Ramón Pena. **Escola e mercado**: A escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada ao serviço da economia. In: **PERPECTIVA**: Revista do Centro de Ciências da Educação. Vol. 22, n.1- janeiro/junho, Florianópolis, 2004.

_____. **Trabalho necessário**. Revista Eletrônica, nº 1, 2003. www.uff.br/trabalhonecessário/Ramon. Acesso em 3 de junho de 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Coleção pensamento crítico. Editora Paz e terra, Rio de Janeiro, 1983.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Boitempo, São Paulo, 2006.

_____. **Planeta de favelas**: a involução urbana e o proletariado informal. In: **Contragolpes**. Organização Emir Sader, Boitempo, São Paulo, 2006.

DUARTE, N. **As pedagogias do aprender a aprender**: algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. Revista brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPED, n,18, p. 35 -40, set./out./nov./dez.2001.

FABRINI, João E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. EDUNIOESTE, Cascavel, 2003.

FERREIRA, Adélia Doraci de Oliveira. **“A batalha pela sobrevivência no mundo do trabalho”**: Trajetórias ocupacionais de egressos do ensino fundamental. Dissertação do curso de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis-SC, 2004.

FIGUEIRA, Goldfarb. Fani. **Separando o joio**. Cooperativas de trigo: capitalização da agricultura. Dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1979.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. **A educação de um ponto de vista histórico**. INTERMEIO – Revista do mestrado de educação, v.1, nº 01, 1995. UFMS, Campo Grande.

FIOD, Edna, G. M. **Mudanças nas formas de aprendizagem do trabalhador**. In: Traços do trabalho coletivo/ Bernadete Wrublewski Aued, organizadora. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 3º ed., São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**: Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 3º ed, São Paulo: Cortez. Coleção Contemporânea, 1989.

_____.(Org.) **Educação e crise do trabalho**: Perspectivas de final de século. 3º ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GONÇALVES, Alfredo José. **Migrações internas**: Evoluções e desafios. Estudos Avançados.São Paulo, v.15, n.43,set./dez.2001.

GRADE, Marlene. **Fórum do Maciço do Morro da Cruz e Agreco como espaço transitório**: germinando a especialização de relações solidárias em Santa Catarina. Tese de Doutorado. Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2006.

GRITTI, Silvana Maria. **Educação rural e capitalismo**.Passo Fundo: UPF, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência com ‘Ideologia’** In: _____. Técnica e Ciência como “Ideologia”. Lisboa: Edições 70, 1994. Pág. 45 a 92.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

_____. **Espaços de esperança**. 2 ed. Edições Loyola, São Paulo, 2006.

HOBSBAWM, Eric. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 4º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

_____. Prefácio. In: **Pessoas extraordinárias: Resistência, rebelião**. Jazz, São Paulo. Paz e terra, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. São Paulo: Mercado de letras, 2001.

KOSMINSKY, V. Ethel. **Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero**. Revista Estudos Feministas, Nº. 15 Vol. 3. Setembro-dezembro/CFH-CCE, UFSC, 2007.

KAWAMURA, Lili Katsuco. **Para onde vão os brasileiros?** Imigrantes brasileiros no Japão. Campinas. Editora UNICAMP, São Paulo, 1999.

LISBOA, Teresa Kleba. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência**. Revista Estudos Feministas, Nº. 15 Vol. 3. Setembro-dezembro/CFH-CCE, UFSC, 2007.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. **Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y El Caribe: estruturas, discursos y actores**. Compilado por Sonia Alvarez Leguizamón. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana. **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogo para uma nova práxis política**. São Paulo: Cortez, 2005.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses – migrantes**. Editora EDUEPB, João Pessoa, PB, 2002.

MANACORDA, M. **História da educação: Da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl. **Prefácio de para a crítica da economia política**. IN: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. (Col. Os Pensadores), São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **O capital: crítica da economia política**. L.1. v.1. 20ª edição, Editora Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **O capital**. Vol. I, São Paulo: Editora Abril Cultural, Caps. I a V, 1983.

_____. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec: 1986.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MATTOS, Valéria de Bettio. **Pós Graduação em tempos de precarização do trabalho**: um estudo sobre o alongamento da escolarização entre os mestrados da UFSC. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2007.

MELLO, Márcio Antonio. **Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina**: migração, sucessão e celibato. Artigo XLIV CONGRESSO DA SOBER. www.sober.org.br/palestra Consultado em 20/07/2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETO, Antônio Júlio Menezes. **Educação, sindicalismo e novas tecnologias nos processos sociais agrários**. Volume 23, nº3 set/dez, 1997. www.senac.br/informativo. Acesso em 02 de fevereiro de 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. Editora Boitempo, São Paulo, 2003.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2.ed. Brasiliense, São Paulo, 1994.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a atuação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher, 2000.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A metrópole do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2001 a.

STROPASOLAS, V.L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro SC. Florianópolis: UFSC, 2002. (Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas).

SILVER, J. Beverly. **Forças do trabalho**: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

TAUBE, Maria José de Mattos. **De migrantes a favelados**: estudos de um processo migratório. Editora UNICAMP, Campinas, SP, 1986.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Autores associados, Campinas, São Paulo, 2003.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação**: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Editora UNIJUÍ, Rio Grande do Sul, 2000.

_____. **A escola diante do multifacetado espaço rural**. In: PERSPECTIVA: Revista do Centro de Ciências da Educação. Vol.22, n.1-janeiro/junho, Florianópolis, Santa Catarina, 2004.

ZAGO, Nadir. **Família e escola**: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs). 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

REVISTA KATALYSIS - Sujeitos políticos, lutas sociais e direitos. n. 1, vol12, jan/jun.2009. Disponível em www.sicelo.br